



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 979

00002

ETIQUETA

DATA
10/06/2020

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 979, de 2020

AUTOR
DEP. ANDRÉ FIGUEIREDO

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1() SUPRESSIVA 2() SUBSTITUTIVA 3() MODIFICATIVA 4() ADITIVA 5(X) SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Dê-se à Medida Provisória n.º 979, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o processo de consulta à comunidade acadêmica ou escolar para indicação dos dirigentes das Universidades, dos Institutos Federais e do Colégio Pedro II durante estados de calamidade pública ou emergência em saúde pública que inviabilizem a realização de aglomerações, reuniões ou outras formas de contato que expressem a manifestação da vontade dos diferentes segmentos das instituições de ensino.

Art. 2º A Lei n.º 9.192, de 21 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

‘Art. 2º-A Durante a vigência de estados de calamidade ou emergência pública em virtude de questões sanitárias que inviabilizem a reunião de pessoas e a realização da consulta prévia à comunidade universitária, ficam automaticamente prorrogados os mandatos dos atuais ocupantes dos cargos, que deverão envidar os esforços necessários para a realização do processo de consulta em até trinta dias após o encerramento da emergência sanitária.”

Art. 3º A Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 12-A:

‘Art. 12-A Em caso de calamidade ou emergência pública em virtude de questões sanitárias que inviabilizem a aglomeração de pessoas, a realização dos processos de consulta prévia à comunidade escolar referidos nos art. 12 e art. 13 ficam adiados e os mandatos dos atuais ocupantes dos cargos dirigentes ficam automaticamente prorrogados.

Parágrafo único. Os dirigentes das instituições de ensino deverão envidar os devidos esforços para que o processo de consulta se realize em até trinta dias após a suspensão do estado que ensejou o adiamento das referidas consultas à comunidade escolar.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigência na data de sua publicação.”

JUSTIFICAÇÃO

Diante da impossibilidade de se reunirem os docentes, discentes e corpo técnico das Universidades e Institutos Federais, entendemos que os mandatos dos atuais gestores deve ser prorrogado, mas com a previsão de que a consulta para a formação de lista tripla, no caso das universidades, e indicação de reitor, no caso dos Institutos e do Colégio Pedro II, seja realizada tão logo possível. Acreditamos que trinta dias serão suficientes.

Precisamos deixar registrado que a Medida Provisória n.º 979, de 2020, propõe uma verdadeira intervenção nas instituições federais de ensino, e isso não podemos permitir. A autonomia universitária, garantida em nossa Constituição Federal, deve se defendida, pois essencial para a liberdade acadêmica e a inovação.

Dep. André Figueiredo
Brasília, 10 de junho de 2020

